

## Algumas considerações sobre o texto, considerado como objeto literário

Alckmar Luiz dos Santos  
Professor-bolsista, CNPq-UFSC

Quando se considera a experiência de leitura crítica, é necessário discutir os pressupostos sobre os quais está fundada a própria noção de objeto textual. Primeiramente, porque o texto literário pode ser considerado o início de um experiência cognitiva que a leitura torna possível pouco a pouco; em segundo, porque a entrada dentro do universo literário (universo poético, diria Valéry) implica uma revisão constante de seus elementos. Do contrário, corremos o risco de perder toda a riqueza que os textos nos dão a ver. A esse respeito, as obras filosóficas de Merleau-Ponty e de Bachelard podem nos ajudar a compreender, um pouco melhor talvez, como aparece e como se desenvolve esse objeto essencialmente dinâmico e multiforme que é o texto literário.

As limitações do sujeito intelectualista<sup>1</sup> são da mesma ordem dos limites que enfeixam seu objeto de conhecimento. Condenando as consequências do intelectualismo, herdeiro do pensamento cartesiano, Merleau-Ponty observa que aquilo que lhe falta é “a contingência das ocasiões de pensar”<sup>2</sup>. Assim, o que esse pensamento negligencia é justamente a reflexão acerca do ato de constituição de seu objeto, a fundação dos elementos primeiros de seu conhecimento. De acordo com Bachelard, falta ao intelectualismo um esforço insistente de “psicanalizar” seu próprio ato de conhecimento. Ora, retomando Merleau-Ponty, o que falta ao intelectualismo é “a conexão interna do objeto e do ato que ele - objeto - ocasiona”<sup>3</sup>. Um não pode ser pensado sem o outro. Refletir acerca das condições do pensamento implica também buscar essa conexão interna, sem a qual não haveria experiência cognitiva.

É preciso também sublinhar que o ato de leitura, ao menos

como eu o entendo, só se completa verdadeiramente sob a impulsão de uma consciência aberta, sempre atenta a suas próprias contingências, à possibilidade sempre presente de tornar-se experiência imediata.

Merleau-Ponty observa ainda que, “para o pensamento cartesiano, a conexão da essência e da existência não se encontra na experiência, mas na idéia de infinito”<sup>4</sup>. Isso significa que tal pensamento prefere esconder essa conexão atrás de uma imagem idealizada (um infinito a ser concretizado via cognição), a encontrá-la em seu próprio esforço de conhecimento, tornado então experiência de um conhecimento. Eis aí alguns limites do pensamento científico do século XIX que chegaram a atingir até mesmo as ciências ditas humanas. Ora, a partir do momento em que as noções de objeto são completamente reformuladas<sup>5</sup>, é preciso questionar os pressupostos que fundam nossos objetos. Eles não podem restar a distância de todas as reflexões epistemológicas que foram feitas até esta altura do século XX.

A propósito dessas questões, Bachelard escreve que, se encontramos as dualidades que definem o objeto, podemos enriquecer todos os todos<sup>6</sup>. Isso significa que devemos constantemente buscar ligações com o objeto; que sua constituição, dentro de uma experiência cognitiva, deve ser paralelo ao ato de constituição do próprio sujeito. Dessa forma, escapamos aos limites do pensamento intelectualista, que (segundo Merleau-Ponty), faz com que nos “separemos do objeto”<sup>7</sup>. Em relação à crítica literária, sobretudo a crítica de poesia, o esforço contrário pode (e deve) ser estabelecido por um conhecimento poético que desenvolvemos no contato com o texto, na medida em que ele vem principalmente de nosso íntimo, do interior do sujeito crítico que se erige precariamente como leitor.

### **Objeto genérico vs. objeto quântico**

Bachelard propõe tal oposição a fim de diferenciar o que seria uma científicidade moderna e as ciências dos séculos anteriores. O objeto genérico significa a adesão a uma realidade estática, onde as contingências do conhecimento são esquecidas em prol de uma visão mais esquemática e, provavelmente, mais idealizada (no sentido platônico do termo). O objeto genérico é a supremacia de um saber

que se afasta de suas condições imanentes de aplicação, perdendo assim toda possibilidade de tornar-se verdadeiramente geral. O objeto genérico é a vitória da determinação, da causalidade estrita, sobre o conhecimento advindo da experiência direta do mundo.

Ao contrário, o objeto quântico elege a indeterminação como seu aspecto mais importante. Isso significa que ele valoriza sobretudo o fenômeno de descoberta do objeto. No sentido dos postulados de Heisenberg, não há nenhum objeto que não seja determinado pelas condições de observação, o que compreende igualmente o sujeito-observador. Toda intervenção deste último implica uma alteração da coisa observada ela mesma.

Encontramos comentários semelhantes também nos textos de Merleau-Ponty. Na *Phénoménologie de la Perception*, ele nos ensina que “é preciso reconhecer o indeterminado como um fenômeno positivo”<sup>8</sup>. Isso significa que devemos apreender da experiência um conhecimento que seja também (ou sobretudo) fundado na indeterminação. A incerteza das partículas físicas podem nos ensinar bastante acerca de qualquer objeto, não importando sua natureza. A determinação do objeto é uma operação realizada somente nos últimos procedimentos de qualquer ato de conhecimento (e podemos ver aí mais uma coincidência notável entre a epistemologia científica e uma provável epistemologia da crítica literária). Ora, a partir do momento em que há apenas objetos incertos dentro do domínio literário, torna-se quase obrigatório que nos aproximemos da epistemologia do século XX, que se consagra a este mesmo tipo de objeto indefinido, como o que perseguimos na crítica literária. Como diz Merleau-Ponty: “A sensação, vista como inequívoca, está ligada à super-estrutura tardia da consciência”<sup>9</sup>.

De acordo com Bachelard, “há um abandono da noção de absoluto, na física moderna”<sup>10</sup>. Da mesma maneira, a crítica moderna vê-se na obrigação de esquecer seu antigo objeto, por demais determinado (monádico, talvez), para adotar uma nova noção de objeto, privilegiando as particularidades derivadas do ato de conhecimento.

A esse respeito, é também necessário considerar um outro aspecto. A indeterminação do objeto deve ser compreendida dentro de um esforço de raciocínio, de racionalização. Isso significa que

devemos associar ao objeto um trabalho de delimitação, a saber, uma atividade cognitiva que enfeixe a indeterminação do objeto em suas próprias contingências, em sua fenomenalidade, em seu desenrolar experimental. É exatamente isso que afirma Bachelard, quando escreve que “a ciência contemporânea quer conhecer fenômenos e não coisas. Ela não é de modo algum coisista. A coisa não é mais que um fenômeno parado”<sup>11</sup>. Ora, as ciências exatas já aceitaram que, às vezes, é necessário misturar a razão e a intuição, a partir do momento em que seu objeto científico mistura, ao mesmo tempo, a indeterminação e a ação localizável<sup>12</sup>. *A fortiori*, essa necessidade também é sentida no domínio da literatura. É preciso apenas encontrar a justa medida deste diálogo entre determinação e indeterminação, razão e intuição<sup>13</sup>. É justamente o que Carlo Ginzburg diz a respeito dos métodos de crítica de arte, em seu *Mitos, Emblemas, Sinais*. Ele defende aí justamente a necessidade de escapar ao paradoxo racional-irracional<sup>14</sup> e cita uma frase de Warburg: “Deus está no particular”<sup>15</sup>. Dito de outra maneira, a totalidade do conhecimento só pode ser descoberta debaixo das particularidades, sob os indícios da intuição que ilumina a aspiração de totalidade. É isso que comprehendo como *fenômeno*, do qual uma das características mais importantes é justamente a “indeterminação ativa” do objeto.

### **A pluralidade do objeto: o papel da consciência**

Merleau-Ponty retoma de Husserl a questão da intencionalidade, segundo a qual, toda consciência é consciência de alguma coisa (como se encontra logo no início da *Phénoménologie de la Perception*). Poderíamos então nos perguntar qual seria o papel da intenção na constituição do objeto. Ou ainda, como trabalha aí a consciência do sujeito? É fundamental encontrar uma formulação operativa do que entendemos como leitura, sobretudo quando tal noção encerra uma idéia de experiência, próxima à operatividade da epistemologia científica. Parece-me que essa questão pode ser melhor compreendida quando utilizamos o conceito de atenção, estabelecido por Merleau-Ponty. A atenção pode ser compreendida como a atuação da consciência quando do estabelecimento de um objeto. Entre a consciência, marca do ser singular, e a coisa,

possibilidade do objeto, se estabelecem os laços da atenção. O que conduz esses laços de um pólo a outro do fenômeno é justamente a intenção. É por isso que Merleau-Ponty define a atenção da seguinte maneira: “transformação do campo mental, uma nova maneira de a consciência estar presente diante de seus objetos”<sup>16</sup>.

Pensemos ainda acerca de uma outra observação feita pelo filósofo: “A atenção como atividade geral e formal não existe. Resta fazer aparecer o objeto da atenção”<sup>17</sup>. Ele define assim o trabalho da intenção. Ela ajuda a produzir o objeto, dentro do campo fenomenal. Não haveria objeto sem o trabalho da intenção. Mesmo esquecida, mesmo escondida, a intencionalidade permanece ativa. É a única maneira da consciência de se mostrar como um ser. Ainda segundo Merleau-Ponty, “tudo o que existe, existe como coisa ou como consciência e não há meio-termo”<sup>18</sup>. Quanto a mim, não posso deixar de compreender a experiência de leitura como o estabelecimento de um caminho entre uma e outra, através da intenção, sem parar no “meio do caminho” (onde há uma pedra, segundo o poema de Drummond, que não é nem o texto lido, nem a consciência que lê, mas o próprio desenrolar do ato de leitura). Entre um texto e o “eu” que o lê, temos o exercício da leitura como uma experiência que ilumina ao mesmo tempo a coisa lida e a consciência que lê.

Se é verdade que a consciência só apreende a si mesma através da intenção, é também verdadeiro que o objeto só se dá a nossa contemplação por intermédio da intenção. O objeto (e o caso do objeto poético é ainda mais característico) só se constitui graças ao trabalho intencional da consciência. É então preciso levá-lo em consideração: mais do que em outros domínios, é na crítica de poesia (sobretudo na crítica de poesia), que a observação de um sujeito empírico - quer dizer, real - vem delimitar (ou determinar, ou ainda, constituir) um objeto.

### **A pluralidade do objeto: tentativa de uma auto determinação**

Podemos compreender a abertura do sujeito em direção do objeto como uma operação dupla. Ao mesmo tempo que ele tenta determinar seu objeto, ele se determina igualmente. O sujeito, quando dá um sentido ao objeto, está também se outorgando um sentido

próprio. Ao fundar o sentido do objeto, ele está fundando o seu próprio sentido. Merleau-Ponty diz que o sentido do mundo nasce de uma abertura de nosso corpo à exterioridade, quando misturamos nossas sensações ao sentido geral do mundo, alterando-o<sup>19</sup>. Nós nos reconhecemos assim no sentido que atribuímos aos objetos, através de nossas experiências cognitivas. Eis aí o trabalho que se impõe, no que concerne a crítica literária: reconhecer a leitura como o estabelecimento (ou a descoberta), fora de nós mesmos, de alguns de nossos traços pessoais<sup>20</sup>. A coerência imposta por nossa leitura não é mais do que a busca de um sentido que vai de nós (enquanto sujeitos) em direção de uma predisposição de sentido manifesta pelo objeto. E essa predisposição, nós devemos habitá-la com nossos traços particulares, com nossa disposição de fazer dela uma experiência cognitiva cada vez mais profunda.

Por outro lado, a identidade do objeto, como podemos depreender do que dizem os físicos modernos, realiza-se na pluralidade das manifestações e dos fenômenos. É, ao menos, o que se pode depreender do princípio da incerteza. E como pensar no sujeito de uma leitura crítica, no quadro de uma tal oposição entre identidade e pluralismo? É preciso, além do mais, levar em consideração que esses dois pólos não se dissolvem dialeticamente (no sentido hegeliano). Como diz Pessoa, só aos deuses compete, talvez, sintetizar. Ao contrário, esse sujeito busca estabelecer sua identidade, mas não encontra outros meios além da pluralidade. Assim, a tarefa de um sujeito-leitor crítico (nos diferentes sentidos da palavra) é construir sua identidade, sua determinação, por meio de uma pluralidade de dados que ele, ao mesmo tempo, associa a seu objeto e retira de sua experiência cognitiva.

Esses postulados epistemológicos, tomados de empréstimo das ciências modernas, aproximam-se de algumas questões literárias. De uma certa maneira, as ciências “duras” tornaram-se vizinhas das ciências humanas. Menos por um parentesco dos respectivos objetos, mais por uma irmandade epistemológica, por uma semelhança na própria maneira de desenrolar as respectivas experiências cognitivas. O objeto da ciência moderna, exatamente como foi sempre o caso do objeto literário, apresenta uma extensão bastante larga, uma amplitude epistemológica que o afasta cada vez

mais do antigo objeto positivista, determinado desde o início por uma arbitrariedade intelectualista. De onde a questão: por que não utilizar, dentro do domínio literário, todos esses preceitos epistemológicos, oriundos da ciência contemporânea, se eles estão associados à própria essência de nosso objeto literário?

### **A pluralidade do objeto: os contornos da experiência**

Algumas conclusões e/ou postulados, que resultam das questões discutidas acima:

1. A delimitação do objeto decorre de uma delimitação correspondente da experiência cognitiva onde esse objeto aparece;
2. A experiência pode ser entendida como uma resposta a uma organização, a uma ordem iminente, a uma possível determinação do objeto; a lógica dessa nova epistemologia não poderia mais ligar-se às coisas (“fenômenos parados”, na acepção de Bachelard), ela deve “reintegrar as coisas aos movimentos do fenômeno”<sup>21</sup>;
3. A reunião dos pólos sujeito-objeto dá à experiência uma possibilidade de totalização (jamais de totalidade).

Em relação ao primeiro comentário, podemos concluir que a delimitação do objeto corresponde à criação de um campo fenomenal. Aplicado à literatura, podemos falar então de um campo de leitura, onde esta vai-se desenrolar como experiência cognitiva. Tal campo deve compreender o texto-objeto, o sujeito-crítico e a leitura ela mesma. Não se trata de considerar separadamente os papéis de cada um, mas de encontrar os utensílios críticos que associam um sentido ao conjunto constituído por esses três elementos. Dessa forma, o objeto textual só é apreendido dentro das condições de contorno que impomos à leitura; além do mais, todas as condições prévias devem ser bem controladas (psicanalisadas, diria Bachelard), para que não nos distanciemos dos bons resultados.

O segundo comentário constitui uma recíproca do primeiro. Agora, é o objeto que delimita as condições de “mise-en-scène” da experiência. De acordo com Merleau-Ponty, “a percepção tem uma parte real e uma outra intencional”<sup>22</sup>. É justamente sua parte real que associa à experiência os elementos objectuais, que lhe dá a

possibilidade de ter acesso aos sentidos do objeto. A delimitação da experiência deve forçosamente passar por aí. Essa interferência entre a observação e a coisa observada levou a física a uma completa revisão de seus princípios epistemológicos, e essa mesma interferência não poderia nunca deixar de ser produtiva para a crítica literária. Aliás, segundo Merleau-Ponty, “a percepção faz com que os dados tenham um sentido”<sup>23</sup>. Ora, o sentido da percepção não existiria sem a coerência que ela vem retirar também de seu objeto. É por isso que temos insistido na necessidade de rever as possibilidades cognitivas da experiência literária.

É muito comum uma certa tendência a negligenciar as condições imanentes de realização da leitura. A segunda conclusão, resumida acima, nos alerta igualmente para o perigo representado por uma noção positivista de objeto, quer dizer, quando ele é isolado de seu contexto empírico, quando ele é “impermeabilizado” aos outros elementos da experiência cognitiva. Os instrumentos críticos a desenvolver devem obedecer às condições experimentais. Nunca haverá um conhecimento verdadeiro, se isolamos o texto, se o tomamos como uma coisa auto-suficiente, como uma realidade muito distante do ato de observação - a leitura -. Uma leitura renovada (e renovadora) deve utilizar instrumentos críticos que colaborem para se chegar a esse visão mais global do texto. Tomado em si mesmo, como coisa, o texto não é mais do que um fenômeno parado (retomando mais uma vez a expressão de Bachelard). É necessário assim compreender o texto em seu movimento de significação, na agitação incessante, na dinamicidade que pode lhe dar o ato de leitura.

Finalmente, o terceiro comentário encerra o objetivo de todo projeto de conhecimento: a totalização. É claro que a totalidade não será jamais atingida. A idéia de totalização procura resgatar a noção de movimento que se projeta para a totalidade, sem jamais tocá-la. Se tomamos cuidado em não cair nos erros de uma “pan-cosmicode” (com o devido perdão pela hipérbole), percebemos que a totalidade não passa de uma metáfora, do sentido que damos ao movimento de nossa cognição (que não pára jamais; parado, ele deixaria de ser conhecimento). Para resumir, o que importa é o sentido do movimento, e não o objetivo, o ponto de chegada ele

mesmo<sup>24</sup>. A esse respeito, podemos retomar algumas palavras de Merleau-Ponty: “A experiência normal apresenta círculos ou turbilhões, dentro dos quais cada elemento é representativo de todos os outros e comporta como que vetores que ligam uns aos outros”<sup>25</sup>. Saliente-se ainda que tal noção não é recente: mesmo a visão aristotélica de um objeto literário orgânico já implicava uma idéia semelhante a essa.

Em suma, podemos ver, nessa totalidade, tão somente o meio que nos permite visualizar os liames entre a imanência do texto e a transcendência do ato de leitura, ligados pelo sujeito-leitor. Idealmente, a imanência e a transcendência não são verdadeiramente separáveis, pois, “na percepção efetiva, tomada no nascedouro, antes de toda fala, o signo sensível e sua significação não são, de modo algum, idealmente separáveis”<sup>26</sup>. Reconhecer este papel do texto-objeto, corresponde a reconhecer sua realidade mais essencial. Se esse desejo de totalização anima os elementos de todo ato de conhecimento, a crítica, de seu lado, não pode se furtar a ele, sob pena de perder todas as complexidades que viriam enriquecê-la, assim como enriquecer esse objeto textual, objeto de espécie complicada (como diz Pessoa de Caeiro).

#### NOTAS

1. Retomo aí a expressão usada por Merleau-Ponty, em sua *Phénoménologie de la Perception*.
2. Op. cit., p. 36.
3. Ibid.
4. Id., p. 60.
5. Como se pode ver na física moderna. Há até mesmo alguns cientistas que defendem a idéia de que a constituição do objeto experimental das ciências deva considerar a consciência do pesquisador (ver Fritjof Capra, *O Tao da Física*).
6. *Le Nouvel Esprit Scientifique*, p. 161.
7. *Phénomén. de la Percep.*, pp. 230-1.
8. Cf. capítulo 1, “La Sensation”.
9. Id., p. 15.
10. *La Philosophie du Non*, p. 30.
11. Id., p. 109.
12. Cf. Bachelard, *Le Nouvel Esprit Scientifique*.
13. Evitem-se aí os paralelismos. Ao mesmo tempo em que podemos ter uma razão indeterminada, nada nos impede de desenvolver uma intuição

determinada.

14. Cf. a introdução da obra.

15. Cf. a versão francesa: *Mythes, Emblèmes, Traces*, p. 139.

16. *Phénom. de la Percep.*, p. 37.

17. Id., pp. 37-8.

18. Id., p. 47.

19. Id., p. 19.

20. Essa é a razão pela qual atribuo uma tal importância ao conceito de “ser incarnado”, de Merleau-Ponty. Esses traços correspondem justamente à “mise-en-scène” do ser enquanto existente.

21. *La Philosophie du Non*, p. 104.

22. *Phénomén. de la Percep.*, p. 20.

23. Id., p. 44.

24. O que está dentro das melhores linhas iniciáticas; basta consultar as antigas mitologias acerca do labirinto.

25. Id., p. 223.

26. Id., p. 44.